

## O sujeito em Jacques Lacan



Por **ELEUTÉRIO F. S. PRADO\***

*Lacan não tem um conceito de práxis, tampouco uma concepção dialética de linguagem, o que faz dele um cético sobre a possibilidade de transformação*

O objetivo desta nota consiste em debater um pouco, da perspectiva da crítica da economia política, a noção de sujeito em Lacan com base principalmente no livro [O sujeito lacaniano entre a linguagem e o gozo](#) de Bruce Fink, publicado em 1995, em inglês, e em 1998, em português.<sup>[1]</sup> Antes de tudo, como acentua esse autor, Lacan concebe o sujeito como falta-a-ser, ou seja, por meio de um princípio primeiro que o nega enquanto tal: “o sujeito” – diz ele – “fracassa em se desenvolver como alguém, como um ser específico; pois, no sentido mais radical, ele é um não-ser”.

Lacan, portanto, ao invés de pensar o humano como um ser que está atualmente em estado de alienação, mas que poderá vir a ser sujeito em certas condições, ele o funda como um *homo alienatis*, como um ser que não pode superar esse estado de alienação a não ser como uma mera faísca – tal como se mostrará mais à frente – mas também, enfim, como *homo oeconomicus*. Um esclarecimento melhor desse impasse lacaniano requer que se aprofunde uma comparação.

Para Marx, não há um sujeito posto nas condições da sociedade atual, mas apesar disso há aí, já sempre, um sujeito pressuposto. E este, sob certos desenvolvimentos, poderá aparecer coletivamente na história. Na sociedade atual, há apenas um “sujeito” assujeitado à mercadoria, ao dinheiro, ao capital. Para Lacan, ao contrário, há um sujeito posto, mas que é, na verdade, um não-sujeito, que assim permanecerá para sempre, a não ser como eterna promessa. O psicanalista emprega constantemente o termo sujeito, mas, para ele mesmo, esse senhor é sobretudo ilusório.

Agora é preciso começar a examinar melhor as afirmações de Bruce Fink. Fazendo isso, vê-se que ele diz, caindo em contradição, que o sujeito para Lacan é, em última análise, um não-sujeito. Em sequência, aparentando apreciar cair no mesmo abismo lógico, acrescenta: “o sujeito existe (...) embora permaneça sem ser”. Ou seja, é ser e não-ser, ao mesmo tempo e nas mesmas condições.

Eis, então, como tenta dar sentido a essa maneira ilógica de se expressar: “Antes da alienação” – ou seja, antes de entrar no domínio da linguagem – “não havia a menor possibilidade de ser: é o próprio sujeito que não está lá no começo (...); posteriormente, seu ser se torna apenas potencial. A alienação dá origem a uma possibilidade para ser, um lugar onde se espera encontrar um sujeito, mas que, no entanto, permanece vazio”.

Lacan, como se sabe, investe numa conceituação particular do termo “sujeito”. Segundo ele, este não se identifica nem com o indivíduo social nem com o ego individual, entendido este como esfera do pensamento consciente. Para ele, o ego confunde-se com o imaginário e, nesse sentido, encontra-se alienado desde o berço ao espelho e, depois, às imagens que constituem eu ideal. Logo, o sujeito considerado por Lacan só pode ser sujeito do inconsciente. E essa conclusão está em concordância com a concepção de que o humano é o *homo alienatis*.

Agora, é preciso ver, que os tombos lógicos acima apresentados não provêm nem de uma inclinação mórbida nem de uma incompetência desse autor bem respeitado na literatura psicanalítica. Advêm, isso sim, do fato de que o discurso teórico de Jacques Lacan, assim como desse seguidor que tenta explicá-lo de um modo mais compreensível para os interessados, pautam-se pelo entendimento – tomando-se aqui esse termo no sentido que lhe deu Hegel. Como se sabe, a inteligência comum, ao enfrentar o ser em si mesmo contraditório, cai em contradição ao procurar a expressá-lo como se fosse isento de contradição. Na expressão de Ruy Fausto, é preciso assumir a negação (dialética) para não sofrer a negação (vulgar).<sup>[ii]</sup>

Em consequência, o que está subjacente a tais quedas no ilógico é o fato de que esses autores estão tentando apreender teoricamente um sujeito assujeitado que está aí, que existe na sociedade contemporânea, bem assentada, aliás, sobre o modo de produção capitalista. Para Lacan, o indivíduo social, o qual visa apreender por meio de uma abordagem estruturalista com alguma característica própria, está alienado *ad perpetuam*. E é o próprio Bruce Fink quem confirma: “não é possível demonstrar a existência do sujeito lacaniano” – diz de supetão –, “uma vez que essa demonstração é impossível. Como diz Lacan, o sujeito nunca é mais do que um suposto”.

Se essa proposição for verdadeira – e isso o mestre francês não diz –, ela afirma uma verdade contrarrevolucionária, pois não pode haver emancipação – ou qualquer transformação social não espontânea que construa um mundo melhor – sem sujeito e este sujeito tem de ser coletivo, não individual. De qualquer modo, tem-se um paradoxo que precisa ser melhor apresentado.

Aponta-se para um sujeito que não existe, ou seja, indica-se um sujeito, mas também se diz que se trata de um não-sujeito; logo, indica-se que ele existe e não existe. E essa contradição, é evidente, não pode permanecer esquecida, pois contempla um outro horizonte lógico. Eis que esse “sujeito que não existe” tem de aparecer como uma negação e, ao mesmo tempo, como uma afirmação – mesmo se isso vai além do entendimento, que é o campo do discurso lacaniano.

Ora, aqui é preciso fazer uma citação longa em que o autor compulsado introduz de modo patente a questão da negação. Eis o que diz a respeito da existência do “não” na linguagem que, de modo estruturalista, é entendida como um sistema de significantes<sup>[iii]</sup>: “Lacan afirma que um [determinado] significante marca o cancelamento do que ele significa: o [significante] “não”; ora, esse “não” assina a sentença de morte do sujeito do inconsciente. Permanece apenas o tempo suficiente para protestar, para dizer “não”. Uma vez que o sujeito tenha feito uma declaração adicional, o seu dizer usurpa o lugar do “não”: eis que o significante seguinte o substitui; ele desaparece. É nesse sentido que se pode dizer que o “não” é o significante do sujeito. O sujeito, conforme é representado pelo símbolo \$ (S para sujeito e / para barrado) – ou seja, enquanto sujeito barrado pela linguagem, alienado dentro do Outro –, desaparece “debaixo” ou “de trás” do significante “não”.

“O “não”, como toda palavra, requer um agente que o expresse, que o diga a alguém. Se aquele que o diz é designado em geral por S1, pode-se escrever uma fórmula lacaniana característica em que o S1 aparece sobreposto ao \$, estando eles separados por um traço – ou seja, S1/\$. O traço, assim posto (de modo melhor estaria se fosse uma barra horizontal), separa esses dois significantes por meio de uma barreira. E ela indica que o primeiro aparece e que, ao fazê-lo, esconde o segundo, o qual assim permanece implícito. Dito de outro modo, o “sujeito” S1 é apenas um “sujeito aparente”, que tem, sim, eficácia prática; já o “sujeito” dito barrado é o *homo alienatis*, ou seja, o “sujeito” lacaniano”.

Mas isso não é tudo, para esclarecer melhor esse trecho acima citado, é preciso dar ainda mais um passo.

A linguagem é definida por Lacan como um sistema de diferenças entre significantes, as quais são postas por meio de negações que, por suposto, excluem identidades: assim, por exemplo, o significante pássaro não é o significante avião, nuvem, estrela etc. Desse modo, os predicados nessa expressão desdobrada ao infinito estão postos sempre como negações do sujeito. Qualquer outro significante é, por assim dizer, não-pássaro. Mas nesse sistema há uma palavra que se apresenta como anômala: justamente o “não”. Trata-se este último de um significante que também não é qualquer outro significante, arremate a que se chega aplicando o mesmo raciocínio anterior. Eis que, entretanto, um problema surge aqui.

# a terra é redonda

Se o significante “não” é não-outro significante em geral, torna-se evidente que há também, além da diferença, uma identidade entre o sujeito e o predicado em tais expressões. Ora, para evitar essa contradição, já que essa locução contém identidade e diferença, o estruturalismo de Lacan vem dizer que há um furo na estrutura da linguagem; eis que esse buraco se encontra exatamente onde se encontra o “não”.

“Esse significante” – diz Bruce Fink – “toma o lugar do sujeito, ocupa o lugar do sujeito que agora desapareceu. Esse sujeito não tem outra existência além de um furo no discurso”. Logo, trata-se de um furo ademais faiscante e as faíscas que dele saem mostram supostamente a transitoriedade do sujeito tal como pensado por Lacan. “O sujeito” – completa Bruce Fink – “aparece apenas como (...) um impulso (...) que imediatamente se desvanece e apaga”.

Para Marx, a linguagem das mercadorias é fonte de alienação, de estranhamento e de fetichismo; já a linguagem natural, para ele, é meio em que prospera a ideologia (falsa consciência, mistificação, ilusão socialmente necessária), mas também em que pode prosperar a crítica, em especial a dialética, a qual tem por função descobrir a verdade que se esconde nas falsidades e falsificações, mas sobretudo na aparência das coisas. Já para Lacan, a própria linguagem natural é uma fonte estrutural e inescapável de alienação; ora, ele apresenta isso como uma “verdade”. Por outro lado, como funda o ser humano no *homo alienatis*, ou seja, num ser incapaz de verdade, ele cai em contradição.

Veja-se, agora, que esse modo de conceber o sujeito, ou melhor, o “sujeito” (este não poderia ser escrito sem aspas), bloqueia a própria perspectiva emancipatória da psicanálise; a própria clínica se torna apenas um mero meio pelo qual os profissionais dessa área ganham dinheiro, tal como acontece com todas as outras profissões. Como Jacques Lacan, segundo Bruce Fink, procura resolver esse problema?

Bruce Fink, em primeiro lugar, diz que o “sujeito como furo”, ou seja, como um furo faiscante na estrutura alienante da linguagem, estrutura que o assujeita como tal, corresponde melhor à noção de sujeito elaborada por Freud. Eis que ele, assim concebido, desponta apenas nos sonhos, chistes, atos falhos etc.. Jacques Lacan, por seu turno, teria escapado dessa armadilha que o saber psicanalítico havia posto para si mesmo. Será?

De qualquer modo, os dois mestres da psicanálise rejeitaram a concepção de sujeito de Descartes que o apresentara tanto como “senhor dos próprios pensamentos” quanto capaz de se assenhorar da realidade externa ao eu. Por isso, centraram-se na pujança do pensamento inconsciente, dando assim “ao pensamento consciente um estatuto pouco elevado”. Ao invés de conceber a psique como uma duplicidade em que os polos se requerem mutuamente, conceberam-na como uma dualidade: se o filósofo se fixara numa das faces dessa dualidade, os psicanalistas mestres se ativeram à outra. Nessa perspectiva, para Lacan, o sujeito cartesiano vem a ser apenas um “falso ser”, porque a verdade do humano está no seu inconsciente.

Na verdade, para dar conta dessa polaridade posta como disjunta e extremada, Lacan – como salienta Bruce Fink –, concebe o vassalo da linguagem com sujeito barrado, ou seja, como um ser dividido entre o eu consciente e o não-eu inconsciente. Em sua teorização, o primeiro aparece como “falso ser” e o segundo se afigura como assujeitado ao funcionamento automático da linguagem.

O sujeito lacaniano – diz – não é senão essa própria divisão”. Por isso, tal como acontece na economia política matematizada, esse “sujeito” merece ser descrito apenas e tão somente por meio de uma simbolização abstrata que, no caso da psicanálise, afigura-se como um simples \$ – ou seja, como um matema.

Até esse ponto – e isso é evidente – o impasse acima referido não foi ainda superado. Eis então o que diz Bruce Fink para mostrar que algo ainda falta nessa teorização: “o sujeito dividido não é de forma alguma a última palavra de Lacan a respeito da subjetividade”. Ora, como se verá imediatamente em sequência, a última palavra de Lacan não passa da última palavra de Freud, ou seja, aquilo que o primeiro mestre apresentou na forma de um aforisma. Ei-lo, primeiro, em alemão: *Wo Es war, soll Ich werden*; ei-lo, agora, em português: “devo tornar-me Eu onde estava o Isso”(conforme o livro aqui estudado).

Mas o que esse aforismo quer dizer? Não quer dizer – veja-se – que o Eu se torna um sujeito efetivo tal como aparece em Descartes. Não, efetivamente não. Não quer dizer também que o Eu, por meio da crítica dialética do aí existente e do aqui pensante, torna-se sujeito de fato; assim, o que estava pressuposto vem a ser posto de modo efetivo, ainda que não de modo integral e permanente. Não, efetivamente não. Quer dizer apenas o seguinte: “Eu devo advir, devo assumir (...) aquele lugar onde o Isso se encontrava. O Eu aqui aparece como o sujeito que a análise procura trazer à tona: um Eu que assume a responsabilidade pelo inconsciente”.

Em resumo, em virtude da concepção estruturalista da linguagem, o Eu consciente só pode ser um falso sujeito, um sujeito meramente fictício, sem qualquer substância. Ora, se assim é, se o consciente não tem um estatuto muito elevado, que valor de libertação pode haver no consciente se responsabilizar pelo inconsciente? Será que esse “sujeito” não é o mesmo da economia política, ou seja, o homo oeconomicus posto como tal? – um indivíduo auto-interessado, fundado nos próprios desejos, mesmo se eles vêm do Outro?

Como falta à Freud e à Lacan o conceito de práxis (onde as verdadeiras transformações acontecem), assim como uma concepção dialética de linguagem (em que as contradições do real jazem, mas podem ser despertadas e expressas para melhor conduzir a ação humana), eles se tornam céticos sobre a possibilidade de verdadeira transformação.

Assim, à psicanálise corrente – por maior que seja a sua contribuição para a compreensão do sofrimento psíquico do ser humano nas condições sociais existentes –, só resta, ao fim e ao cabo, cair numa posição moralista: a análise deve fazer com que o saber inconsciente se torne consciente. O melhor conhecimento de si mesmo, do que está recalcado, alivia o sofrimento – ainda que não o elimine já que está fundado na realidade social – e não apenas na psique. Resulta de tudo isso que a análise psicanalítica se afigura como um saber conformista e adaptativo, mesmo sob o eventual protesto indignado dos psicanalistas lacanianos.

**\*Eleutério F. S. Prado** é professor titular e sênior do Departamento de Economia da USP. Autor, entre outros livros, de [Da lógica da crítica da economia política](#) (Lutas Anticapital).

## Notas

---

[i] Fink, Bruce. *O sujeito lacaniano entre a linguagem e o gozo*. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.

[ii] Fausto, Ruy. *Marx: Lógica e Política*. Tomo I. São Paulo: Editora Brasiliense, 1983, p. 33.

[iii] Para Saussure, a linguagem é formada por signos, os quais ele representa por uma fórmula em que o significado (o conceito) aparece sobreposto ao significante (o constituinte material da palavra). Para Lacan, ao contrário, a linguagem é formada por significantes, os quais ele representa também por uma fórmula em que o significante encontra-se sobreposto ao significado. Desse modo, o significado se torna elusivo e a linguagem como um todo aparece com um meio intransparente, como fonte de alienação.

---

**A Terra é Redonda existe graças aos nossos leitores e apoiadores.**

**Ajude-nos a manter esta ideia.**

**[CONTRIBUA](#)**